



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ao Termo de Cooperação Técnica nº 81/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins que especifica (Processo SEI CNJ nº 03138/2021).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, com sede Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 02 – Ed. Sede do MPDFT, Brasília-DF, CNPJ nº 26.989.715/002-93, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**, portador da cédula de identidade (CI) nº 1.398.899 SSP/DF e do CPF nº 775.856.581-68, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica nº 081/2021**, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem por finalidade o desenvolvimento e uso colaborativo da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br pelo CNMP, com ênfase na modernização do Processo Judicial eletrônico – PJe para o aperfeiçoamento de seus mecanismos de integração com as soluções tecnológicas utilizadas pelo Ministério Público e pelos demais integrantes do sistema de Justiça brasileiro, ficando o CNMP com a função de orquestrador dos órgãos dos Ministérios Públicos, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica nº 081/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Pblicação: AMOC/SSA  
Origem: PGJ

R:\DAJ\Scanner\Termo de Adesão.odt



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, este Ministério Público do Distrito Federal e Territórios assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Brasília, 12 de novembro de 2021.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**  
Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça

## **ANEXO I DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNMP/CNJ Nº 081/2021**

### **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT**, com sede no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 02 – Ed. Sede do MPDFT, Brasília/DF, CNPJ nº 26.989.715/002-93, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**, portadora da cédula de identidade (CI) nº 1.398.899 SSP/DF e do CPF nº 775.856.581-68, no uso das suas atribuições legais e regimentais, apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**.

Por intermédio do presente documento, o Ministério Público obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O **MPDFT** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização desse Conselho.

**Parágrafo primeiro.** As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ** cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial as que se referem a:

– Dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam eles originários das bases de dados do próprio órgão, tal como o *DataJud*, ou das de outros órgãos ou instituições, obtidos a partir de cooperação com o CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade, tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

**Parágrafo segundo.** O **MPDFT** reconhece que a lista descrita no parágrafo primeiro da cláusula primeira é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a existir devem ser mantidas em segredo.



**CLÁUSULA SEGUNDA** – O **MPDFT** reconhece que, caso haja dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, ela deverá ser tratada sob sigilo até que o **CNJ** autorize tratá-la diferente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O **MPDFT** reconhece expressamente que, ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo, deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou mantidos sob seu controle. O **MPDFT** também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

**CLÁUSULA QUARTA** – perante o **CNJ**, o **MPDFT** obriga-se a informar-lhe imediatamente qualquer violação das regras de sigilo, seja por parte do próprio **MPDFT** ou de qualquer outra pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

**CLÁUSULA QUINTA** – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar responsabilidades administrativa, civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

**CLÁUSULA SEXTA** – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após o encerramento do ACT e do Termo de Adesão.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O **MPDFT** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução de atividades e objetivos discriminados no ACT.

**CLÁUSULA OITAVA** – Caso a divulgação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra parte, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações serão reveladas e em que extensão.

**CLÁUSULA NONA** – Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só será válida mediante autorização expressa da outra parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surtam os devidos efeitos jurídicos e legais.



Ministério Público da União  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Procuradoria-Geral de Justiça

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

**Procuradora-Geral de Justiça**

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**